



## Estado continua a ter um poder excessivo na Comissão de Normalização Contabilística

Reformas na estrutura da CNC não são suficientes

# TOC defendem menos peso do Estado na Comissão de Normalização Contabilística

A Comissão de Normalização Contabilística (CNC) não “escapa” também aos ventos de mudança que se fazem sentir na área da Contabilidade. O Governo pretende que a referida estrutura se torne mais flexível e operacional. Os técnicos oficiais de contas (TOC) aplaudem as medidas, mas acham que terá que se ir mais longe e queixam-se que ainda há pouca informação sobre a matéria.

As mudanças previstas para a CNC não acontecem num momento qualquer, antes se inserem em várias legislações emitidas na sequência do anúncio da entrada em vigor, no início do próximo ano, do Sistema de Normalização Contabilística. É colocado fim ao segundo Plano Oficial de Contabilidade e iniciada uma nova etapa na já longa história da Contabilidade. O decreto-lei que regula a organização e o funcionamento da Comissão de Normalização Contabilística parece bem intencionado, mas os profissionais do sector queriam mais.

As novas regras implicam ajustamentos na estrutura da CNC, de modo a modernizá-la, flexibilizando os seus processos de actuação e adequando-a à novas competências que lhe são atribuídas. O diploma refere que “sem perder a ampla representatividade

de dos principais interessados no processo de normalização contabilística – preparadores e utilizadores da informação financeira, auditores e instituições das matérias contabilísticas – reduz-se o número de membros, quer do conselho geral, quer da comissão executiva, com vista a tornar estes órgãos mais operacionais”. Por outro lado, é introduzida a possibilidade de personalidades reconhecidamente competentes nas matérias da normalização contabilística poderem integrar os órgãos da CNC, desde que o conselho e a comissão executiva assim o entendam.

De uma maneira geral, os profissionais da Contabilidade concordam que era necessário tornar a estrutura da CNC menos pesada. No entanto, lamentam que o Estado continua a ter um poder excessivo nesta comissão, já que acaba por actuar em defesa de interesses próprios. Outra queixa do sector é que a informação até agora divulgada é muito escassa. Não se sabe em concreto o que vai acontecer. Além disso, continua a verificar-se a existência de várias entidades ligadas à transposição das normas internacionais de contabilidade. Claramente, o processo acaba por adquirir uma complexidade que não se justifica.